



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680072 - MA (2021/0218839-1)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
IMPETRANTE : DANIEL SANTOS FERNANDES
ADVOGADOS : RODOLFO AUGUSTO FERNANDES - MA012660
DANIEL SANTOS FERNANDES - SP352447
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
PACIENTE : DANIEL MENDES PEREIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de DANIEL MENDES PEREIRA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO.

O paciente foi condenado em concurso material heterogêneo, *ex vi* dos arts. 157, § 3º, primeira parte, c/c o art. 14, inciso II, e 180, todos do CP, às penas de 11 anos, 7 meses e 15 dias de reclusão em regime inicial fechado e de 20 dias-multa.

O Tribunal local, ao negar provimento ao apelo defensivo, adstrito à terceira etapa da pena impingida, exortou:

Em relação à dosimetria, quanto ao delito de latrocínio na forma tentada, para o acusado Daniel Mendes o magistrado valorou favoravelmente todas as circunstâncias judiciais, tendo fixado a pena base no patamar de 20 (vinte) anos de reclusão.

Na segunda fase, de forma acertada, reconheceu a agravante prevista no art. 60, alínea "h", do Código Penal, por ter sido cometido crime contra maior de 60 (sessenta) anos, sendo agravada a pena em 01 (um) ano e 03 (três) meses, perfazendo 21 (vinte e um) anos de reclusão e 03 (três) meses de reclusão e 15 (quinze) dias multa.

Na terceira fase, verifica-se que a insurgência da defesa quanto ao patamar de diminuição referente à tentativa, embora não tenha o condão de gerar a nulidade da sentença, deve ser revista nesse momento.

O parágrafo único, do referido artigo de lei dispõe que "salvo disposição em contrário, pune-se a tentativa com a pena correspondente ao crime consumado, diminuída de um a dois terços".

[...]

In casu, levando-se em consideração que houve troca de tiros entre os assaltantes e a vítima, tendo um dos indivíduos chegado a adentrar a residência do ofendido, entendo correta a aplicação correta a aplicação da causa de diminuição referente à tentativa, no patamar mínimo de 1/3

(um terço).

Dessa forma, entendendo correta a diminuição na terceira fase no patamar de 1/2 (metade), em razão da tentativa e da participação de menor importância, totalizando a reprimenda 10 (dez) anos e 07 (sete) meses e 15 (quinze) dias de reclusão e 10 (dez) dias multa. (fls. 20 e 21 - g.m.)

O impetrante, em suas razões heroicas, sustenta que a fração utilizada a título de *conatus* não se coaduna ao *iter criminis* perpetrado pelo agente, no crime de latrocínio, ainda que permeado pelas "trocas de tiros" (fl. 9), sob pena de *bis in idem*.

De outro vértice, assevera que o patamar utilizado na minorante afeta a participação de menor importância, de igual sorte, além de despida de fundamentação idônea, não se harmoniza às peculiaridades do caso concreto.

Nesse panorama, roga o impetrante, liminarmente, pelo redimensionamento das frações utilizadas nas causas de diminuição de pena em tela, afetas à terceira fase dosimétrica, no montante final de "04 anos, 08 meses e 20 dias de reclusão" (fl. 12) . No mérito, pugna pela concessão da ordem ambulatorial alhures, de forma definitiva.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que, “por se tratar de questão afeta a certa discricionariedade do magistrado, a dosimetria da pena é passível de revisão em habeas corpus apenas em hipóteses excepcionais, quando ficar evidenciada flagrante ilegalidade, constatada de plano, sem a necessidade de maior aprofundamento no acervo fático-probatório” (AgRg no HC n. 605.864/SP, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 3/11/2020).

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente